

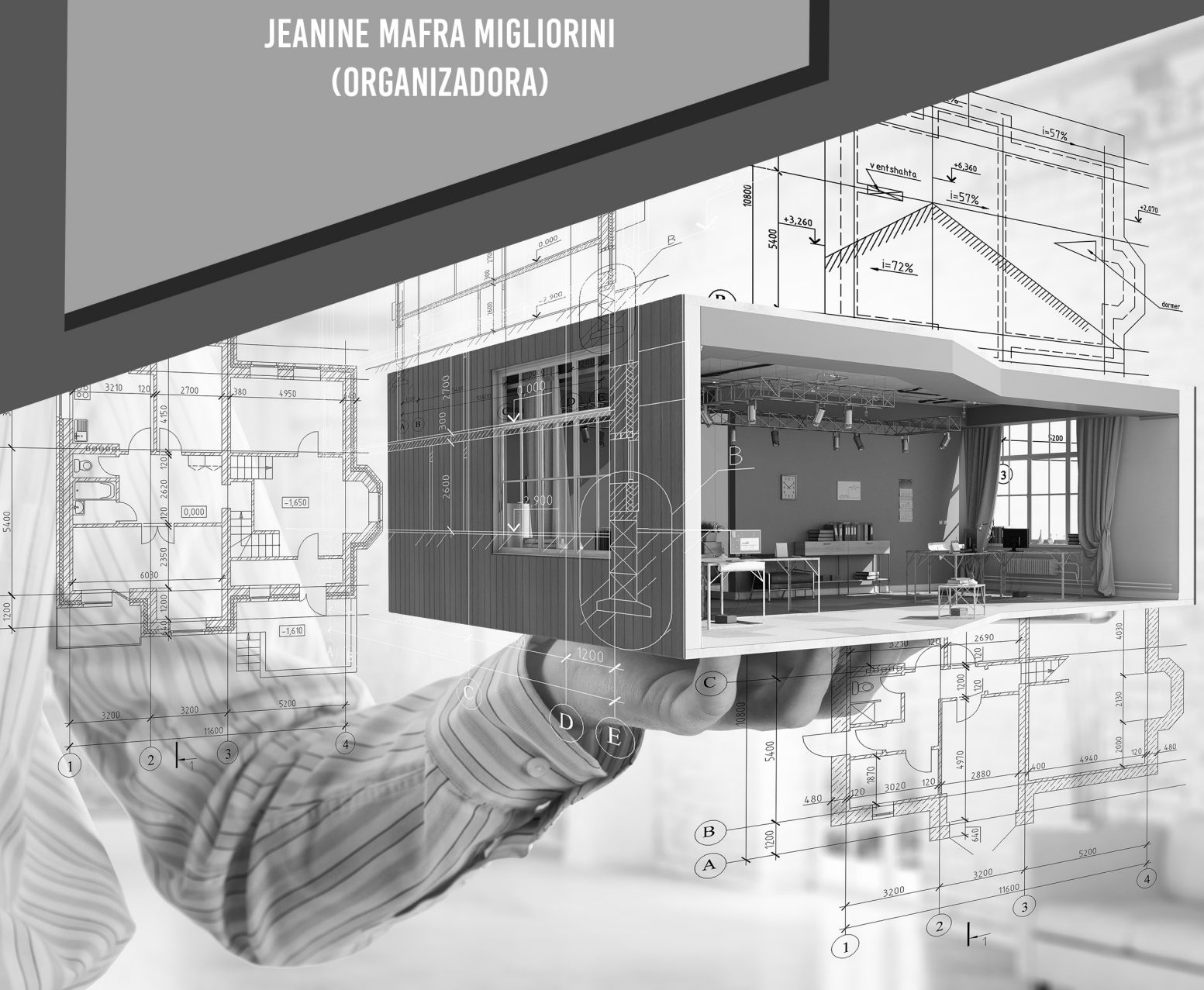
# ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

JEANINE MAFRA MIGLIORINI  
(ORGANIZADORA)



# ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

JEANINE MAFRA MIGLIORINI  
(ORGANIZADORA)



**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima

Luiza Batista 2020 by Atena Editora

Maria Alice Pinheiro Copyright © Atena Editora

**Edição de Arte** Copyright do Texto © 2020 Os autores

Luiza Batista Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

**Revisão** Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora

Os Autores pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá

Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará

Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima

Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando José Guedes da Silva Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília

Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás

Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia

Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases

Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil

Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita

Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí

Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora

Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé

Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo

Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária

Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná

Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina

Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia

Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College

Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social

Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe

Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Arquitetura e urbanismo: abordagem abrangente e polivalente

2

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Jeanine Mafra Migliorini

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

A772 Arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] : abordagem abrangente e polivalente 2 / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-196-1

DOI 10.22533/at.ed.954202407

1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra.

CDD 720

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

  
**Ano 2020**



## APRESENTAÇÃO

Ao estudar e escrever sobre arquitetura nos deparamos com um universo que vai além da ciência, essa realidade abrange acima de tudo o social, uma vez que a arquitetura é feita para o homem exercer seu direito ao espaço, da maneira mais confortável possível. O conceito do que é exatamente esse conforto muda significativamente com o passar dos tempos. Novas realidades, novos contextos, novas tecnologias, enfim, uma nova sociedade que exige transformações no seu espaço de viver.

Algumas dessas transformações acontecem pela necessidade humana, outras, cada vez mais evidentes, pela necessidade ambiental. Um planeta que precisa ser habitado com consciência, de que nossas ações sobre o espaço possuem consequências diretas sobre nosso dia a dia. Esta discussão é necessária e urgente, nossos modos de construir, de ocupar devem estar em consonância com o que o meio tem a nos oferecer, sem prejuízo para as futuras gerações.

As discussões sobre essa sustentabilidade vão desde o destino e uso das edificações mais antigas, que são parte de nosso patrimônio e são também produto que pode gerar impactos ambientais negativos se não bem utilizados; do desaparecimento ou a luta pela manutenção da arquitetura vernacular, que respeita o meio ambiente, à aplicação de novas tecnologias em prol de construções social e ecologicamente corretas.

Não ficam de fora as abordagens urbanas: da cidade viva, democrática, sustentável, mais preocupada com o bem estar do cidadão, dos seus espaços de vivência, de permanência e a forma como essas relações se instalam e se concretizam, com novas visões do urbano.

Para tratar dessas e outras tantas questões este livro foi dividido em dois volumes, tendo o primeiro o foco na arquitetura, no espaço construído e o segundo no urbano, nos grandes espaços de viver, na malha que recebe a arquitetura.

No primeiro volume um percurso que se inicia na história, nos espaços já vividos. Na sequência abordam as questões tão pertinentes da sustentabilidade, para finalizar apresentando novas formas de produzir esse espaço e seus elementos, com qualidade e atendendo a nova realidade que vivemos.

No segundo volume os espaços verdes, áreas públicas, iniciam o livro, que passa por discussões acerca de espaços já consolidados e suas transformações, pela discussão sobre a morfologia urbana e de estratégias possíveis de intervenção nesses espaços, também em busca da sustentabilidade ambiental e social.

Todas as discussões acabam por abordar, na sua essência o fazer com qualidade, com respeito, com consciência, essa deve ser a premissa de qualquer estudo que envolva a arquitetura e os espaços do viver.

Jeanine Mafra Migliorini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO E URBANIZAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO LITORAL PAULISTA	
Isabella Silva de Serro Azul Gabriela Sayuri Durante Samuel Bertrand Melo Nazareth	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9542024071</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>13</b>
ANÁLISE MORFOLÓGICA DE PADRÕES ESPACIAIS DA VEGETAÇÃO NATIVA REMANESCENTE DO MUNICÍPIO DE POÇOS DE CALDAS, MG, COMO SUBSÍDIO PARA CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA VERDE	
Leandro Letti da Silva Araújo Evandro Ziggiatti Monteiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9542024072</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>30</b>
EVOLUCIÓN DE LAS TIPOLOGÍAS DE ESPACIOS VERDES PÚBLICOS EN EL PAISAJE URBANO. RESCATE DE LA MEMORIA VEGETAL EN VALPARAÍSO	
Cristóbal Cox Bordalí Constanza Jara Herrera	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9542024073</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>63</b>
ARBORIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS EM IRUPI-ES: UMA ANÁLISE DA MORFOLOGIA URBANA DOS BAIROS CAROLINO BARBOSA E JOÃO BUTICA	
Eduardo Machado da Silva Wagner de Azêvedo Dornellas	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9542024074</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>88</b>
PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ANÁLISE MORFO-ESPACIAL DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: UM ESTUDO EM CIDADES DE MÉDIO PORTE NO RIO GRANDE DO NORTE/RN	
trícia Caroline da Silva Santana	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9542024075</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>102</b>
ENTRE BELÉM/PA E RECIFE/PE, TERRITÓRIOS DESENHADOS EM PROCESSOS RESTRITIVOS, PERMISSIVOS, OCULTOS E PACTUADOS À LEGISLAÇÃO URBANO AMBIENTAL	
Ramon Fortunato Gomes Ricardo Batista Bitencourt	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9542024076</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>116</b>
PROJETO E PLANEJAMENTO URBANOS FRENTE AOS PARADIGMAS ECOLÓGICOS DA AGRICULTURA URBANA	
Bruno Fernandes de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9542024077</b>	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>129</b>
A EVOLUÇÃO URBANA DA CIDADE DE SANTOS E O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO DE 1532 A 1930	
Hilmar Diniz Paiva Filho Roberto Righi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9542024078</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>145</b>
PATRONES DE LOCALIZACIÓN E INSTALACIÓN DE INFRAESTRUCTURA RELIGIOSA CATÓLICA EN SANTIAGO DE CHILE. 1850 – 1950	
Mirtha Pallarés-Torres Maria Eugenia Pallarés-Torres Jing Chang Lou	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9542024079</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>159</b>
ESTUDO DE UM FRAGMENTO URBANO: O BAIRRO-JARDIM CHÁCARA FLORA, SÃO PAULO	
Luciana Monzillo de Oliveira Maria Pronin	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95420240710</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>175</b>
MARCAS E MATRIZES DA CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM URBANA NO ALTO DA BOA VISTA, RIO DE JANEIRO	
Leonardo Rodrigues Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95420240711</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>187</b>
CEAGESP: RECONVERSÃO E PROJETO URBANO?	
Bárbara Pereira Baptista Nadia Somekh	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95420240712</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>203</b>
A EVOLUÇÃO DAS INTERVENÇÕES URBANAS SOBRE A CONFORMAÇÃO DA PAISAGEM DE UMA CENTRALIDADE LINEAR: AVENIDA REBOUÇAS, EM SÃO PAULO	
Maria Pronin Luciana Monzillo de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95420240713</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>219</b>
AFINAL, O QUE SÃO ECOVILAS? EM BUSCA DE UMA DEFINIÇÃO	
Juliana Viégas de Lima Valverde	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95420240714</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>233</b>
ESTRATÉGIAS DE PROJETO PARTICIPATIVO EM ÁREAS DE VULNERABILIDADE SOCIAL	
Júlio Barretto Gadelha Tomaz Amaral Lotufo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95420240715</b>	

<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>267</b>
MOBILIDADE ATIVA E CAMINHABILIDADE: ENSAIO PROJETUAL NA AV. JAIR DE ANDRADE	
Mateus Marcarini Zon	
Larissa Leticia Andara Ramos	
Laura Lopes Akel	
Natália Brisa do Nascimento Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95420240716</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>279</b>
PRÁTICAS URBANAS CRIATIVAS: ESTUDO, ANÁLISE E IMPACTO DE AÇÕES TÁTICAS NO ESPAÇO PÚBLICO	
Carolina Vitória Ortenzi Bortolozzo Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95420240717</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>296</b>
GESTÃO URBANA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: REFLEXÃO EM TEMPOS DE DISSENSO	
Andre Reis Balsini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.95420240718</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>309</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>310</b>

## PERCEPÇÃO AMBIENTAL E ANÁLISE MORFO-ESPACIAL DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: UM ESTUDO EM CIDADES DE MÉDIO PORTE NO RIO GRANDE DO NORTE/RN

*Data de aceite: 05/07/2020*

**Trícia Caroline da Silva Santana**

Universidade Federal Rural do Semi Árido-UFERSA. Departamento de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas-DCSAH. Pau dos Ferros/RN

<http://lattes.cnpq.br/4315619665111241>

**RESUMO:** As praças são locais ideais para a prática de atividades de lazer, recreação, circulação pedonal e comércio. Seu uso está relacionado à configuração espacial que apresenta, mas também às formas pelas quais as características ambientais são apreendidas pelos usuários. Este artigo apresenta uma análise quantitativa-qualitativa, aspectos relacionados à configuração espacial e à percepção ambiental dos usuários, para apontar os elementos que podem influenciar o uso efetivo dos espaços públicos. O objeto empírico é a Praça Monsenhor Caminha, em Pau do Ferros / RN / Brasil, e para sua realização optou-se pela metodologia consagrada na área ambiente/comportamento, com uma abordagem multidisciplinar. Foram desenvolvidas entrevistas semiestruturadas com 30 usuários, levantamento físico do espaço em si e do seu entorno e levantamento

documental. Os resultados mostraram que os padrões de uso e comportamento dos usuários ocorrem frequentemente de acordo com a configuração espacial do local mas também para a percepção que os indivíduos têm do local, o que contribui para a ocorrência de determinadas atividades. Diante disso, aponta-se para a relevância de se levar em conta estudos que considerem a percepção dos usuários como suporte ou mesmo norteador nas intervenções morfo-espaciais em espaços livres públicos, de modo elencar proposições mais adequadas à realidade e contexto local e efetivamente, possibilitar o uso, a apropriação do lugar e sua identificação junto aos usuários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Morfologia urbana; Espaços públicos; Percepção

**ABSTRACT:** The squares are ideal places for practicing leisure activities, recreation, circulation and commerce. Its use is related to the spatial configuration that it presents, but also to the ways in which the environmental characteristics are apprehended by the users. This article presents a quanti-qualitative analysis, relating aspects related to the spatial configuration and the environmental perception of the users, to point out the elements that can influence the effective use of public spaces.

The empirical object is the Square Monsenhor Caminha, in Pau dos Ferros / RN / Brazil, and the methodology was the environment / behavior area. Semi structured interviews were carried out with 30 users, field survey and documentary survey. The results showed that users' patterns of use and behavior occur in agreement with the spatial configuration of the place, which contributes to the occurrence of certain activities, but also to the perception that individuals have of the place. Therefore, it is important to take into account studies that consider the users' perception as support or even guide the morpho-spatial interventions in public spaces, in order to list propositions more appropriate to the reality and local context and, in fact, the use of the place and its identification with the users.

**KEYWORDS:** Urban morphology; Public Spaces; Perception

## 1 | INTRODUÇÃO

Os espaços livres públicos são fundamentais para a interação social das pessoas nas cidades e embora exista uma demanda efetiva, a construção de novos espaços nem sempre apresenta projetos que favoreçam ou incentivem a sua utilização. Fala-se bastante sobre a crise que afeta o uso e valorização dos espaços públicos enquanto locais de lazer, recreação e circulação (ARENDR, 1991; HABERMAS, 1984; JACOBS, 2001; SENNET, 1988). Em consequência, muitas práticas sociais que eram características desses espaços foram direcionadas a locais que favorecem maior permanência do usuário por ofertarem mais conforto e segurança, como condomínios fechados, clubes exclusivos, shopping centers e parques temáticos.

Por outro lado, ao invés de se debruçarem sobre a crise, outros autores dedicam-se a debater sobre a vitalidade dos espaços públicos, voltando-se para os locais onde ela é encontrada e para o entendimento das condições que favorecem vivências públicas coletivas harmoniosas. Nesse sentido, Gehl e Gemzøe (2002) argumentam que parte do não-uso está ligado ao empobrecimento dos projetos dos espaços públicos, que não acompanham as mudanças sociais. O texto a seguir tem como base uma revisão teórico-conceitual acerca de elementos projetuais capazes de propiciar a vitalidade urbana em áreas livres, envolvendo obras de Gehl, Whyte, Jacobs e Alexander e entrevistou usuários para averiguar que elementos projetuais abordados pelos autores são mais perceptíveis e incentivam o uso e a vitalidade dos espaços livres públicos.

A respeito do debate sobre o conceito de praça e a noção de espaço público, Alex (2008) ressalta, que atualmente as influências do paisagismo norte-americano interferem marcadamente no entendimento e nas formas de conceber o projeto desses espaços urbanos. Para este autor, a praça é simultaneamente um vazio e uma construção e, mais do que apenas um espaço físico aberto, revela-se um centro social integrado ao tecido urbano, sendo também importante pelo seu valor histórico e pela sua participação contínua na vida da cidade.

O lazer é um dos direitos fundamentais dos cidadãos, estando assegurado na Constituição Federal em seu Art. 6º. no qual Estado tem o dever de cumprir com sua regulação e prover as condições mínimas necessárias para que todos os indivíduos tenham acesso aos bens culturais de lazer de maneira igualitária.

Ação fundamental para a qualidade de vida e para a saúde dos indivíduos, é entendido aqui como um conjunto de ocupação às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade seja para repousar, se divertir, se entreter e recrear, ou ainda, para desenvolver sua formação, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade (DUMAZEDIER, 2004).

Diante do exposto, o lazer uma das condições básicas para o desenvolvimento humano social dos cidadãos e necessita a articulação de elementos e fatores econômicos, sociais, políticos e ambientais para que ocorra de maneira apropriada. Os espaços livres públicos, por sua acessibilidade irrestrita a todos os indivíduos e passível de ser usufruído coletiva ou individualmente possibilitam o exercício do lazer como um direito social. Apresentam uma longa tradição histórica como espaços de reunião, celebrações, encontros e possibilitam a vida em sociedade (SENNET, 1988), os quais, distribuídos pela cidade formam uma trama de possibilidades de uso e apropriações fundamentais, especialmente para aqueles que não podem arcar com os custos de opções privadas de lazer.

Seu uso porém, está diretamente relacionado às condições de uso em que se encontram, sendo assim, este estudo buscou compreender quais aspectos são percebidos pelos usuários para que visitem as praças públicas para a prática do lazer. Baseado em uma bibliografia da autores (JACOBS, 1961/2001; ALEXANDER et al., 1977; WHYTE, 2009; GEHL, 2006) que listaram elementos e diretrizes projetuais capazes de incentivar o uso em espaços livres públicos, foram aplicadas entrevistas semi estruturadas com 30 usuários da praça pública Monsenhor Caminha na cidade de Pau dos Ferros/RN. A estratégia metodologia adotada possibilitou analisar, sob a ótica dos indivíduos como a configuração espacial pode favorecer a utilização desses espaços de lazer. Entende-se que o conhecimento de elementos ou estratégias projetuais capazes de favorecer o uso desses espaços seja importante para orientar intervenções e reformas nesses espaços, e contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que propiciem a inserção e manutenção desses ambientes nas cidades e da promoção do lazer.

## **2 | O USO DO ESPAÇO PÚBLICO E SUA RELAÇÃO COM A CONFIGURAÇÃO ESPACIAL**

Embora parte da literatura discorra sobre a “crise” nos espaços livres públicos, comentando sua “morte” como um fenômeno contemporâneo (JACOBS, 1961/2001; SENNET, 1988), outra parte dela discute possibilidades de utilização desses locais, cuja

vitalidade seria essencial para a própria sobrevivência da cidade (GEHL, 2006; WHYTE, 2009). Partindo dessa dicotomia, propõe-se discutir aspectos que podem interferir no uso de praças públicas, sob o ponto de vista dos pesquisadores que se dedicam ao tema, entendendo-se que a elucidação de questões relativas ao abandono ou à subutilização dos espaços públicos perpassa a identificação de atributos relevantes para a atração de usuários e a promoção de atividades.

Na década de 1960, Jacobs (1961/2001) defendeu a valorização dos espaços públicos tradicionais (em especial da rua) como lugares lúdicos e de trocas de sociabilidade, reforçando a importância do livre acesso a eles e o papel dos edifícios do entorno no favorecimento da presença de indivíduos. Embora a autora não tenha abordado especificamente o desuso de praças públicas em suas críticas, seu olhar para a vida pública nas ruas também incide sobre as praças, pois trata das relações humanas no contexto urbano como um todo.

Por sua vez, Gehl (2006), White (2009) e outros autores discutem o conceito de vitalidade urbana sob dois aspectos vinculados aos estudos da qualidade urbana: (i) como uma ação, ou seja, o ato de animar, de dar vida; (ii) como um estado, significando a intensidade da vida social e de suas manifestações. O debate em torno dessas duas possibilidades define indicadores que dão uma ideia ampla sobre as formas de utilização efetiva dos espaços livres públicos, analisando a influência de sua configuração física na presença (ou não) de pessoas no local. Ou seja, segundo tais autores, a vitalidade pode ser entendida como uma condição do espaço público, cujas características específicas permitem tanto atrair quanto manter em sua área usuários distintos (faixa etária, gênero, condição social, estado civil, etc.), em variados horários e dias, e realizando atividades também diversas.

Ainda sob esse enfoque, Canter (1997) afirma que o ambiente deve ser analisado em função de seus atributos físicos, do(s) significado(s) que assume na vida das pessoas e do(s) comportamento(s) que propicia, reforçando, assim, a importância dos valores culturais nas experiências com os espaços públicos. Para este artigo, esse entendimento é essencial, já que vincula o uso do espaço não só aos elementos físicos existentes, mas também a aspectos da percepção dos usuários.

A partir das contribuições percorridas, o conceito de vitalidade utilizado relaciona a análise morfológica ao comportamento e à percepção dos usuários, considerando que, para haver a vitalidade deve haver uma relação entre pessoas, local e objetos (bancos, árvores, brinquedos), tendo como intermediária a percepção. Portanto, a presença de pessoas nos espaços livres públicos é considerada fundamental para a existência de um estado de vitalidade, tornando-se tema recorrente para Jacobs (1961/2001), Alexander et al. (1977), Whyte (2009) e Gehl (2006).

Jacobs (op.cit) demonstra que o uso de um local está em grande parte relacionado à sua morfologia, que pode potencializar a presença de usuários. Defendendo que há



estratégias de manipulação do espaço que podem ser adotadas para promover o uso ativo do ambiente, a autora discute a noção de bairro e sua função na cidade, destacando pontos que podem tornar as ruas e calçadas (in)seguras, aspectos que podem tornar um bairro animado e próspero, e os perigos da escassez de diversidade. Em seu texto ela evidencia a relevância da presença humana para gerar mais vida e animação ao lugar, em uma espécie de círculo que se retroalimenta, enfatizando quatro condições indispensáveis para gerar diversidade nos espaços públicos: usos principais combinados, quadras curtas, prédios de várias idades e concentração de pessoas (densidade alta).

Alguns destes aspectos também constam do livro *A Pattern Language*, de Alexander et al. (op cit), uma importante discussão de fatores do projeto arquitetônico influenciada pela compreensão da relação entre comportamento humano e ambiente construído. Embora seja bastante generalista pois constitui uma primeira tentativa contemporânea explícita para tratamento do ambiente espacial em seu conjunto (LYNCH, 2007), o texto traz 253 recomendações para conceber cidades e edifícios mais “animados”, e propõe estratégias locais e globais de projeto direcionadas a facilitar a vida pública (presença e permanência de pessoas), incentivando a vitalidade urbana.

Tais diretrizes são expostas por meio de proposições, ou padrões, soluções recorrentes que podem ser repetidas sem que seja preciso reproduzi-las exatamente (que retomaremos ao longo desse capítulo), o que confere flexibilidade à linguagem, já que não existiriam soluções iguais e únicas, mas sim aquelas adaptadas ao contexto.

Com relação à importância da presença de pessoas para a vitalidade, destaca-se, ainda, a obra de Jan Gehl (2006), *La humanización del espacio urbano: la vida social entre los edificios*, que discute questões acerca do modo como as capacidades sensoriais podem influenciar a utilização dos espaços públicos, apresentando estratégias sobre como promover seu uso ativo. A obra oferece uma descrição detalhada de importantes atividades realizadas nos espaços públicos (desde conversar, namorar, jogar e brincar, até trabalhar e discutir), tendo como principal fonte de dados a pessoa que utiliza o lugar, cujas opiniões relacionadas com as características dos ambientes e com o seu contexto (entorno). Sob seu ponto de vista as pessoas são os principais protagonistas da cidade, e ruas e calçadas são “órgãos vitais”, pois, nelas ocorre grande parte da integração e convivência social, mesmo quando se verificam conflitos entre usos (considerados inerentes à vida urbana).

Complementando essa argumentação, Whyte (2009) pontua aspectos subjetivos (ou intangíveis) que o ambiente deve proporcionar aos usuários, possibilitando (ou impossibilitando) seu uso. Ao incorporar a sociabilidade, essa dimensão se reflete em diversas propriedades do ambiente (como ser agradável ou alegre), em cuja análise é recomendado que o pesquisador faça o levantamento das características dos usuários, das atividades desenvolvidas por eles e dos horários de uso, além de realizar entrevistas. Segundo o autor, um espaço público bem sucedido tem muitas pessoas (sozinhas e/ou

em grupos, conhecidas e desconhecidas entre si e de variadas idades), e sua ocupação acontece em vários horários, de dia e de noite. A diversidade de idades dos usuários reflete a comunidade no qual ele está inserido.

Os estudos nesse campo (SERPA, 2007; ALEX, 2008; CARMONA, 2003) evidenciam que as atividades podem estar relacionadas: (i) ao que ocorre no lugar (parques e quadras de esporte); (ii) ao que ocorre em seu entorno (comércio e serviço); (iii) às iniciativas protagonizadas por autônomos (pipoqueiros, sorveteiros, ambulantes); e (iv) a eventos programados. Em um estudo recente, Silva (2009) documenta a rotina de funcionamento das atividades variadas do entorno de oito espaços públicos de lazer em São Leopoldo-RS, e conclui que a existência de atividades funcionando ao longo de todo o dia e sua variedade concorrem para haver constantemente pessoas circulando no lugar, o que atrai a vitalidade.

Diante dessas considerações, enfatiza-se a importância dos espaços livres públicos, esquivando-se da noção de que locais voltados ao lazer e recreação não são itens essenciais face a todas as demais necessidades e prioridades que perpassam as áreas urbanas brasileiras. O lazer é entendido aqui como um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, se divertir, se entreter e recrear ou, ainda, para desenvolver sua formação, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade (DUMAZEDIER, 2004).

Uma das várias possibilidades de exercício do lazer como um direito social está nos espaços públicos de uma cidade, entendidos aqui como aqueles de acesso irrestrito, nos quais as pessoas realizam atividades individuais ou em grupos (LYNCH, 1997). Assim, discutir como essas indicações sobre espaço, vitalidade urbana e percepção se aplicam na praça Monsenhor Caminha relação entre configuração espacial e uso dos espaços livres públicos, como elemento fundamental da qualidade de vida dos moradores e como direito social.

### **3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O estudo de caso apresentado neste artigo é um recorte de uma pesquisa que tem por tema os espaços livres públicos urbanos, e que é norteada pela metodologia consagrada na área ambiente/comportamento, de abordagem multidisciplinar (por exemplo, MARCUS; FRANCIS, 1998).

Para sua realização, foram utilizados múltiplos métodos de coleta de dados, tais como: levantamento de arquivo, levantamento físico e entrevistas com usuários. A pesquisa bibliográfica buscou embasamento sobre o tema da vitalidade urbana e dos elementos que possibilitam a vivência saudável e coletiva no ambiente construído, a qual gerou um quadro de referências baseado em obras e estudos relevantes sobre o tema.

Em outro momento, foram aplicados questionários semi-estruturados à 30 usuários da Praça Monsenhor Caminha, com questões abertas e fechadas, que objetivaram identificar as relações entre usuários e o espaço público.

Os dados das entrevistas foram tabulados no software Excel, e foi empregado o método da estatística descritiva simples.

#### 4 | USO E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL NO SEMI-ÁRIDO POTIGUAR: O CASO DA PRAÇA MONSENHOR CAMINHA

O município de Pau dos Ferros está localizado na Região do Alto Oeste Potiguar, e possui uma população de cerca de 27.745 habitantes, dos quais mais de 90% está na área urbana (IBGE, 2012) (Figura 01).



Figura 01: Mapa de Pau dos Ferros no RN e na Região do Alto Oeste Potiguar (IBGE; 2012)

A cidade de Pau dos Ferros tem sua origem atrelada à uma trilha utilizada por vaqueiros e viajantes a caminho da Província do Ceará em 1973 e que seguia um curso d'água que no período do inverno estava cheio e que viria ser chamado de Rio Apodi.

A região em que está localizado o município fica entre duas serras e às margens do rio Apodi. Foi elevada à condição de vila em 04 de setembro de 1854 quando se desvincula de Portalegre e se torna um importante entroncamento em função da circulação de mercadorias e pessoas. Em 1924 Pau dos Ferros foi elevada à categoria de cidade, sendo Francisco Dantas de Araújo seu primeiro prefeito. Atualmente a cidade conta com 27 733 habitantes (IBGE, 2012) e se divide em 13 bairros que se desenvolvem principalmente nas proximidades de dois importantes eixos viários, a BR 226 que corta a cidade no sentido norte-sul e a RN 117, no sentido leste à oeste.

A praça Monsenhor Caminha ou Praça de Matriz, na cidade de Pau dos Ferros está situada em sua zona central e possui uma área de aproximadamente 988 m<sup>2</sup>. Foi inaugurada em 27 de junho de 2009 e na última reforma recebeu uma fonte, bancos, arborização e paisagismo, lixeiras, além de quiosques de venda de comida e bebidas e artesanatos. O formato da praça é triangular e cercado por ruas em todas as sua faces, o que facilita seu acesso por qualquer um dos lados, ampliando sua permeabilidade (Figura 02).



Figura 02: Imagens da Praça Monsenhor Caminha, Pau dos Ferros, Natal/RN/Brasil.

Encontra-se ao lado da Igreja Matriz N. Sra. da Conceição, próximo ao prédio da Prefeitura Municipal, da Casa da Cultural Popular, de instituições bancárias e de grandes supermercados. Em seu entorno distribuem-se imóveis residenciais, comerciais e de prestação de serviço (Figura 03). Essa diversidade de atividades existente na vizinhança da praça possibilita a circulação de um número expressivo de pessoas, sejam moradores, sejam visitantes das cidades adjacentes, haja visto que Pau dos Ferros atua como uma metrópole regional, aglutinando em si uma grande variedade de oportunidades de serviços, de produtos e de instituições, em relação à cidades menores de seu entorno.

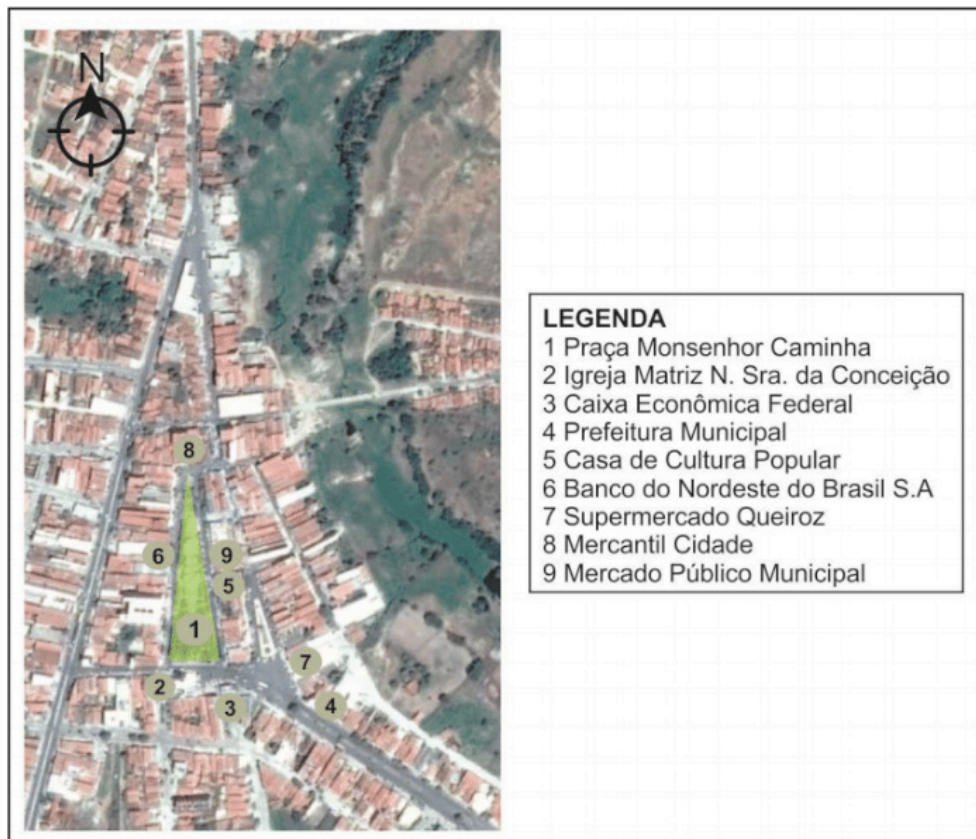


Figura 03: Entorno da Praça Monsenhor Caminha.

É importante evidenciar a relevância da cidade enquanto polo regional e a influência que esse espaço público sofre nesse contexto. A cidade configura-se como polo regional na dinâmica territorial urbana do semi árido potiguar, especialmente pela aglomeração de entidades de prestação de serviço e comerciais, além disso, salienta-se a presença de instituições educacionais de nível superior, nomeadamente, campus do Instituto Federal de Educação do RN- IFRN; da Universidade Estadual do RN, da Universidade Federal Rural do Semi Árido- UFERSA, e de duas faculdades privadas. Encontra-se ainda o Hospital Regional Dr. Cleodon Carlos de Andrade e um ampla oferta de clínicas e consultórios médicos/dentários. Diante dessa multiplicidade de atrativos, a Praça Monsenhor Caminha funciona como ponto de encontro pela centralidade de exerce especialmente pela sua localização mais central, contudo, isso ocorre especialmente em horários e dias regidos pelo funcionamento dessas entidades.

Assim, por se tratar de funções realizadas em determinados dias e horários (genericamente, de segunda feira à sexta feira das 8 às 18hs), nota-se que em outros momentos do dia a praça tem sua utilização mais reduzida, seja para usos de permanência (sentar, ler, conversar, comer e beber) seja para a circulação de pessoas. Observa-se então, o papel das características das atividades do entorno na promoção do uso do espaço público (GEHL, 2006),

A pesquisa qualitativa envolveu a aplicação de entrevistas com 30 pessoas que se encontravam na praça. Participaram 19 homens e 11 mulheres, a idade predominante foi

de adultos entre 30 e 59 anos (40%) seguindo de de jovens de 18 à 29 anos (30%) e dos idosos (+60 anos, 20%). A maior parte residia em Pau dos Ferros (63%) e o restante em cidades vizinhas as quais fazem parte da rede regional de cidades que se agrupam em torno de Pau dos Ferros.

A maioria dos entrevistados afirmou que raramente usam o lugar para atividades de permanência (60%), os que usam o ambiente para realização de funções de estar são 30% e ainda 10% não responderam. Dentre as pessoas que utilizam a praça efetivamente e não como local de passagem, a maioria disse que costuma encontrar amigos, conversar e namorar (60%), alguns (20%) relataram que vão para comer e beber nos quiosques. Tanto como local de passagem quanto de permanência, o lugar é visitado por 40% das pessoas todos os dias e 20% apenas nos dias da semana.

Quando questionados sobre quem são as pessoas que mais visitam a praça, aferiu-se que os adultos são os que mais utilizam o lugar, acredita-se que pela sua localização e pela pouca oferta de atrativos para crianças (o local dispõe apenas de um pequeno *play-ground* de madeira). A companhia preferida das pessoas que acessam a praça são os adultos (30%), os que vão com crianças (20%) e também daqueles que vão sozinhos (40%).

Em relação aos sentimentos ou sensações presenciados pelos usuários quando estes visitam a praça, a maioria afirmou que se sente feliz (40%) e confortável (30%), ou ainda relaxado (10%) indicando que o espaço é percebido positivamente pelas pessoas entrevistadas. Curiosamente, no entanto, mais da metade afirmou que o espaço é péssimo (60%) e apenas 10% consideram o lugar muito bom. Tal avaliação pode estar relacionada com a falta de opções de atividades presentes na praça, que não dispõem de quadra, de *playground* ou de outras possibilidades de lazer ativo, sendo um local de contemplação, passagem ou de lazer lúdico. Os autores (WHYTE, 2009; GEHL, 2006) sugerem que a existência de múltiplas possibilidades de lazer e recreação são fundamentais para o sucesso de um ambiente, evitando seu abandono/subutilização e o desperdício de infra estrutura. Além disso, um ambiente que dispõe de ampla variedade de equipamentos de lazer tem maiores chances de congregar em si uma gama maior de tipos de usuários, ampliando sua vitalidade urbana.

Os usuários mencionaram alguns pontos positivos como: proximidade à comércio (40%); boa localização e acesso (30%), além de ser agradável (20%). Entende-se que a localização é um importante atrativo para os espaços públicos (GEHL, 2006), no entanto estar localizada em uma área predominantemente comercial condiciona o uso do ambiente aos horários em que as atividades comerciais estão em funcionamento, relegando o lugar ao pouco uso ou mesmo abandono em outros momentos do dia e da semana, conforme discutido acima. A localização também está relacionada com a sensação de segurança citada pelos usuários (JACOBS, 1961/2001; ALEXANDER et al. 1977). Nas entrevistas, a falta de segurança percebida pelas pessoas foi o ponto negativo mais citado (20%), junto

com a presença de indivíduos suspeitos (20%) e pela existência de ruídos/barulho (20%). Todos esses itens estão relacionados com sua inserção em área central. A presença de “indesejáveis” foi citada por Whyte (2009), segundo qual este item pode interferir negativamente na maneira como as pessoas percebem e utilizam os ambientes, e pode levar o espaço ao abandono, já que suscita nas pessoas sensações de insegurança e medo.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender as maneiras como os usuários percebem e se apropriam dos ambientes urbanos é uma estratégia de melhorar o funcionamento das estruturas urbanas e contribuir para a qualidade de vida.

Nesse sentido, este artigo buscou enumerar os principais aspectos que a literatura indica como essenciais para um projeto urbano e relacionar com a percepção dos usuários de uma praça pública na cidade de Pau dos Ferros/RN, nomeadamente Praça Monsenhor Caminha ou Praça da Matriz. Os resultados indicaram localização, presença de equipamentos e mobiliário urbano variado e a sensação de segurança são fundamentais para o bom uso de um lugar. Além disso, considerar a localização é relevante, pois sabe-se que o espaço vai além de si mesmo, e está diretamente relacionado com seu entorno e com as atividades e possibilidade de acesso existentes.

Priorizar a sensação de segurança com o uso de iluminação artificial ou de rondas policiais também é uma saída para reduzir a subutilização do lugar em horários diferentes do funcionamento comercial, e deve ser pensando como uma maneira de valorizar a praça, sob o ponto de vista dos usuários.

Destaca-se o potencial papel dessa praça para o lazer dos moradores da cidade, diante de sua localização, história, condições de conservação e possibilidades de acomodar eventos ou atividades culturais.

Observa-se que a praça Monsenhor Caminha é um espaço histórico na cidade e conserva os traços de um projeto urbano e paisagístico que priorizou o lazer contemplativo. Ressalta-se a importância desse equipamento para a cidade, como um lugar de encontro e de passagem que se mantém ao longo do tempo, mesmo que em momentos específicos do dia ou da semana.

Entende-se com esta pesquisa, a necessidade de se compreender os anseios e desejos da população através de pesquisas que sejam direcionadas ao público alvo dos projetos, ampliando com isso, as possibilidades de sucesso de um espaço. O seu desenvolvimento apontou a importância dos espaços públicos das cidades serem pensados a partir de um olhar atento para particularidades morfo-espacial e socioculturais dos diferentes lugares, valorizando a percepção dos usuários.

Dessa maneira, embora a praça da Matriz seja em certos momentos do dia e da

semana razoavelmente utilizada dada sua localização, tamanho e importância histórica na cidade, ainda assim requer uma série de modificações que possibilitem seu aproveitamento e usufruto, independente do funcionamento das instituições e edifícios que a rodeiam. Considerando que Pau dos Ferros conta com uma população de aproximadamente 30 mil habitantes (IBGE, 2012) e que levantamentos físicos e in loco (SANTANA, 2018) apontaram que a cidade dispõe de apenas 11 praças e um largo, vê-se a pertinência de se dotar o município com outros ambientes que propiciem a vivência coletiva e o lazer e a recreação aos moradores e visitantes.

Como espaços de interação social, as praças mostram-se necessárias e benéficas pela população, que vê nelas a possibilidade de interagir com outras pessoas. Logo, mesmo que aspectos considerados negativos (como insegurança, sujeira e degradação) sejam percebidos, no geral, afetam apenas parcialmente as relações entre usuários e ambiente. Talvez isso ocorra pela carência de espaços que propiciem tais benefícios aos habitantes da cidade, relegando-os a utilização das áreas da maneira como elas se apresentam, sem muitas escolhas. Têm-se aí outra questão que deveria ser investigada.

Observou-se que a escolha dos fatores que influenciam na utilização das praças nem sempre são compatíveis entre si, haja vista, que a percepção refletida em gostos e preferências não são uniformes e as considerações são subjetivas: aquilo que torna feliz um idoso pode não satisfazer uma criança ou um jovem. Então, a presença de elementos específicos para um determinado público pode levar à estratificação de públicos, tornando-se essencial considerar a multiplicidade de público como fundamental para a existência da vitalidade urbana, mesmo em situações nas quais a convivência entre os diferentes grupos seja difícil (LIBERALINO, 2011).

Sabendo-se que cada fase da vida e do desenvolvimento psicológico demanda necessidades distintas (SOMMER, 1990) e que a especialização direcionada à um público é algo raro, entende-se que os espaços e seus componentes devem conter estratégias projetuais voltadas para o *design* universal (ou design para todos), ou seja, atender à diferentes públicos, permitindo a convivência harmoniosa entre uma ampla gama de usuários, propiciando a convivência pacífica entre os iguais e desiguais.

Da mesma maneira, devido ao caráter multidimensional e interdependente que envolve os processos de identificação e utilização dos ambientes públicos, seria essencial investigar como outros fatores, de cunho econômico, social e cultural, concorrem para influenciar a percepção dos indivíduos e suas relações com os espaços cotidianos, os quais não foram investigados nesse artigo, mas se configuram como sugestão para outros estudos, que aprofundem o debate. Outros pontos poderão orientar novas investigações são: análise da situação socioeconômica da área e dos habitantes do entorno das praças; realização de mapeamento comportamental centrado na pessoa a fim de verificar detalhes do uso do espaço; pesquisa da percepção ambiental dos trabalhadores do entorno, buscando uma perspectiva diferenciada sobre o uso da área; ampliação da análise morfo-



espacial com adição de itens relacionados à estética, ergonomia e gabarito do entorno.

Entendemos que trabalhar uma abordagem morfológica sob a ótica dos usuários é mais uma maneira de entender o fenômeno da vitalidade em praças públicas, valorizando a percepção dos moradores e visitantes enquanto indivíduos capazes de opinar na constituição de seus espaços cotidianos, servindo como importante referencial para qualquer intervenção que neles venha a acontecer (SANTANA, 2015).

Sob esse ponto de vista, a compreensão dos elementos que constituem as praças públicas, desde a sua localização até o mobiliário, é essencial ao seu entendimento como lugares, resultando nos usos que ali se instalam, sobre os quais também tem grande influência na percepção dos indivíduos. De fato, a pesquisa empírica mostrou que os usuários acalentam desejos de vivenciar mais frequentemente os espaços públicos, e estão atentos para as ações de preservação ou de abandono que incidem sobre esses locais, revelando potencial para seu envolvimento no resgate desses espaços através de ações populares ou individuais.

## REFERÊNCIAS

ALEX, S. **Projeto da Praça**. Senac, São Paulo, 2008.

ALEXANDER, C., ISHIKAWA, S. e SILVERSTEIN, M. **A pattern language**: Towns, buildings, construction. Oxford University Press, New York, 1977.

ARENDT, H. **A condição humana**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira), 1988.

CANTER, D. "The facets of place". In G. T. Moore & R.W. Marans (Eds). **Advances in environment Behavior and Design**. Plenum Press, New York, v.4, 109-147, 1997.

CARMONA, M. **Public places, urban places**: the dimensions of urban design. Architectural Press, Burlington, 2003.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. Perspectiva, São Paulo, 2004.

GEHL, J. **La humanización del espacio urbano**. La vida social entre los edificios. Editorial Reverté, Barcelona, 2006.

GEHL, J; GEMZØE L. **Novos espaços urbanos**. Barcelona: Ed. Gustavo Gilli S.A, 2002.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Trad. Flavio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**: resultados gerais da amostra. Rio de Janeiro, 2012.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. Martins Fontes, São Paulo, 2001.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Martins Fontes, São Paulo, 1997.

MARCUS, C. C. e FRANCIS, C. **People places**: design guidelines for urban open space. 2nd. John Wiley, New York, 1998.

SANTANA, Trícia Caroline da Silva. Uma reflexão sobre a vitalidade das praças de Natal/RN. Natal, UFRN, 2015. **Tese** (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2015.

\_\_\_\_\_. SANTANA, Trícia Caroline da Silva. Mapeamento e quantificação das áreas verdes livres de Pau dos Ferros/RN: um estudo de caso. In: Congresso PNUM– A Produção do Território: Formas, Processos e Designio, 2018. **Anais...**Porto, Portugal.

SENNETT, R. **O declínio do homem público**. Companhia das Letras, São Paulo, 1988.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. Contexto, São Paulo, 2007.

SILVA, A. M. Atratividade e Dinâmica de Apropriação de Espaços Públicos para o Lazer e Turismo. Porto Alegre, UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

WHYTE, W. H. **The social life of small urban spaces**. Project for Public Spaces, New York, 2009.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agricultura Urbana 116, 118, 122, 126

Análise Espacial 13

Arborização Urbana 24, 63, 65, 66, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 84, 85, 86, 87

Áreas Verdes 5, 21, 36, 37, 41, 42, 60, 63, 64, 65, 75, 82, 87, 101, 117, 162, 171, 195, 241

Assentamentos Sustentáveis 219

### C

Calçada 79, 267, 276, 278, 291

Cambio Climático 30, 31, 37, 61

Caminhabilidade 259, 267, 269, 270, 272, 276, 278, 289

Cidade 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 16, 17, 18, 22, 64, 65, 66, 67, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 81, 84, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 117, 118, 120, 121, 123, 124, 125, 129, 130, 134, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 171, 172, 173, 174, 175, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 210, 212, 213, 215, 217, 231, 234, 235, 236, 237, 240, 241, 242, 243, 247, 248, 250, 255, 259, 260, 264, 265, 267, 268, 269, 270, 276, 278, 280, 281, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 299, 301, 303, 307, 308

Cidade-Jardim 159, 160, 162, 171

Comunidades Alternativas 219, 226, 232

Comunidades Intencionais 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 229, 231

Convívio Social 105, 188, 279, 280, 285, 286, 291

Crescimento Urbana 102

Cultura da Sustentabilidade 219

### D

Desenvolvimento Sustentável 1, 3, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 86, 177, 224, 225, 231, 288, 294

### E

Ecologia de Paisagens 13

Ecologia Urbana 116, 120, 121, 123, 125

Escola Sem Muros 234, 235, 236, 238, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 258, 260, 261, 262, 263, 264

Espaços Públicos 27, 84, 88, 89, 91, 92, 93, 97, 98, 100, 101, 204, 264, 267, 268, 269, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 288, 289, 290, 291, 292

Evolução Urbana 10, 129, 144

## **F**

Fragmentação Espacial 13, 15, 27

## **G**

Gestão Urbana 113, 291, 296, 297, 298, 300, 303, 307

## **H**

História Urbana 176

## **I**

Infraestrutura Religiosa Católica 145, 147, 153, 154, 155

Infraestrutura Verde 13, 14, 16, 21, 22, 24, 27, 28

## **L**

Legislação Ambiental 15, 102

legislação Urbanística 102, 104, 109, 113

Lugar Público 279

## **M**

Mobilidade Ativa 267, 269, 270, 272, 274, 276, 278

Morfologia Urbana 28, 63, 65, 88, 102, 103, 105, 107, 159, 160, 161, 173, 174, 186

## **O**

Ocorrências Urbanas 102, 103, 105, 106, 107, 108

## **P**

Paisagem 13, 14, 15, 16, 18, 19, 21, 22, 23, 27, 28, 61, 65, 71, 112, 117, 119, 120, 121, 125, 127, 137, 162, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 203, 205, 253, 263, 281, 283, 293, 301

Paisaje Cultural 30, 32

Participação Social 90, 93, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 306, 307

Patrones de Localización 145, 151

Pedestre 5, 11, 12, 213, 267, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 276, 278

Percepção 63, 71, 75, 87, 88, 91, 93, 98, 99, 100, 123, 124, 177, 178, 248, 253, 255, 259, 264, 270

Planejamento Urbano 5, 6, 64, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 113, 116, 124, 125, 199, 240, 279, 282, 288, 291, 300

Políticas Públicas 1, 3, 4, 8, 11, 90, 105, 192, 240, 264, 282, 291, 296, 297, 298, 303, 304, 305  
Práticas Urbanas Criativas 114, 279, 282, 283, 284, 286, 287, 289, 291, 293, 294  
Processamento de Imagens 13  
Processo de Projeto 233, 234, 260  
Projeto Urbano 98, 161, 187, 191, 200, 201, 298

## **Q**

Qualidade do Espaço Urbano 203, 205, 210, 267

## **R**

Reconversão 187, 191

Resiliência Urbana 116, 118, 123

## **S**

Serviços do Ecossistema 116, 117, 118, 121, 122, 125

Sistema Viário 5, 11, 15, 72, 170, 173, 195, 198, 203, 205, 210, 212, 215

## **T**

Trama Urbana 47, 141, 145, 146, 149, 152, 157

## **U**

Urbanismo 1, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 13, 16, 28, 36, 61, 63, 101, 114, 129, 139, 142, 145, 159, 163, 167, 171, 175, 188, 190, 194, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 203, 212, 213, 216, 217, 219, 221, 229, 230, 231, 234, 265, 267, 278, 284, 286, 287, 288, 291, 293, 294, 296, 307, 309

Urbanização 1, 3, 4, 7, 10, 11, 15, 18, 64, 67, 106, 112, 116, 117, 118, 130, 139, 143, 193, 196, 241

## **V**

Vegetação 13, 15, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 72, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 87, 106, 111, 114, 163, 173, 195, 272, 276, 278

# ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

[www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br) 

[contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br) 

[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora) 

[www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br) 

# ARQUITETURA E URBANISMO: ABORDAGEM ABRANGENTE E POLIVALENTE 2

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 